

“25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA: ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO”

Beatriz Azevedo

Economista, Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela CETREDE (Ceará), cursando o Mestrado em Sociologia da UFRGS, Técnico da Fundação de Economia e Estatística.

O trabalho “Análise do Setor Terciário no Rio Grande do Sul”, que se constitui no Tomo 1 do 5º volume da série “25 Anos de Economia Gaúcha”, busca avaliar as características da evolução do referido Setor na economia estadual e suas relações com a dinâmica de acumulação de capital na economia brasileira ao longo das últimas décadas. Em termos metodológicos, a estruturação do trabalho privilegiou as variáveis Produto e Emprego, agregados esses que permitem uma discussão dos principais aspectos pertinentes à análise do Setor, tendo em vista, particularmente, o seu caráter regional e considerando suas relações com os demais setores econômicos locais e com a economia do resto do País.

Antes disso, porém, procedeu-se a uma breve revisão dos principais aspectos teóricos relativos ao Setor Terciário, numa tentativa de situar as características conceituais de que se reveste a análise do Setor, e uma revisão das várias interpretações que são dadas ao comportamento do Setor em uma economia de desenvolvimento tardio.

Foram agregados também a este trabalho algumas considerações a respeito de dois aspectos particularmente relevantes quanto à absorção da força de trabalho no Terciário. Trata-se de uma breve investigação acerca das características da ocupação de mão-de-obra, em bases informais, nas atividades terciárias e, por outro lado, da participação e importância do trabalho feminino no Setor.

A seguir, examina-se mais detidamente o conteúdo específico desenvolvido em cada uma das partes constituintes do trabalho.

No 1º Capítulo, busca-se discutir algumas abordagens teóricas acerca do Terciário, para o que se submete à crítica a própria forma como o Setor foi definido dentro da divisão setorial da economia idealizada por Colin Clark, assim como as conseqüências analíticas dessa definição. A partir da constatação de que a produtividade do trabalho humano variava em cada um dos setores econômicos, Clark utiliza esse critério para ordenar tais setores e classificar os países conforme a participa-

ção das atividades econômicas nas suas respectivas rendas internas. Desse modo, a passagem de uma situação de subdesenvolvimento para o desenvolvimento pressuporia uma seqüência, em termos de participação predominante na renda, respectivamente, dos Setores Primário, Secundário e Terciário. Coloca-se, então, a divisão setorial de Clark como um instrumento para elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico. A crítica principal que se faz em relação a essa divisão se refere ao fato de que ela implica uma generalização da experiência histórica dos países atualmente desenvolvidos, sendo, portanto, discutível a sua adequação à realidade dos países subdesenvolvidos. Isso porque a reprodução das etapas propostas por Clark não se verifica nos países hoje subdesenvolvidos, onde, por outro lado, coexistem, em um mesmo setor, segmentos diferenciados quanto a sua produtividade e nível de capitalização. Entretanto, dado que a divisão setorial das atividades econômicas deitou raízes na contabilidade nacional da maior parte dos países capitalistas, ela coloca-se como a única alternativa a servir de base à decomposição dos grandes agregados econômicos.

Examinam-se, no mesmo capítulo, as principais dicotomizações analíticas propostas para as atividades terciárias, a maior parte das quais traz implícita a noção de que a expansão do emprego no Terciário é um crescimento economicamente doentio, isso é, uma "inchação" provocada pela insuficiente absorção de mão-de-obra por outros setores urbano-industriais ou pelas próprias atividades "formais" do Terciário. Em contraposição, surge uma nova corrente de pensamento que, ao contrário de entender a "inchação" do Terciário como uma anomalia do sistema, interpretam-na como um resultado do próprio funcionamento das economias capitalistas subdesenvolvidas e como algo necessário à reprodução desses sistemas.

Finalmente, são discutidos alguns aspectos implícitos na análise de um terciário regional, como é o caso do Setor Terciário gaúcho, no sentido de que o estudo de sua evolução requer, como premissa, que se leve em conta o papel que a economia gaúcha desempenha dentro da divisão inter-regional do trabalho no País. Isso significa que as características do processo de acumulação em escala nacional vão conformar o comportamento dos setores produtivos e os ritmos de crescimento do produto e do emprego nos diversos segmentos dos terciários regionais.

Em conseqüência dessas considerações, torna-se evidente que a compreensão do comportamento do Setor Terciário no Rio Grande do Sul exige que se leve em conta as características dos padrões de acumulação nas diversas etapas de crescimento da economia nacional, bem como as formas como os setores produtivos da economia gaúcha se integram aos centros hegemônicos, na vigência desses padrões, via divisão inter-regional do trabalho.

Desse modo, o 2º Capítulo, relativo à análise do comportamento do produto terciário gaúcho, parte das modificações ocorridas na estrutura econômica brasileira para verificar as conseqüentes mudanças na composição setorial do produto. Em termos quantitativos, observa-se que o produto terciário nacional acompanhou, no período 1947-70, o ritmo médio de crescimento do produto brasileiro, mantendo sua participação na renda relativamente constante. Mais do que isso, foi percebido

que durante todo o período em questão, foi o Terciário aquele setor que apresentou maior constância no ritmo de crescimento de sua renda, pois essa variou sempre positivamente, enquanto os setores Primário e Secundário apresentaram fases de instabilidade, ora com taxas negativas, ora com taxas bastante superiores à média nacional.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, as modificações estruturais do produto revelam um comportamento diferente do ocorrido a nível nacional, dada a especificidade da economia estadual — agricultura com maior participação no Estado, indústria com maior participação no País. Entretanto, constata-se que o Setor Terciário, em ambos os casos, absorve, no final do período em estudo, aproximadamente, metade da renda gerada na economia.

Quanto às modificações ocorridas, a nível de produto, na estruturação interna do Terciário, verifica-se a crescente apropriação da renda interna terciária por parte daquelas atividades que assumiram papel destacado na nova etapa de acumulação — caso das categorias Intermediação Financeira e Governo —, e um decréscimo relativo das atividades mais tradicionais como o Comércio.

O 3º Capítulo aborda o comportamento do emprego terciário gaúcho, tentando vinculá-lo também às várias funções que a região desempenha nas diversas fases do desenvolvimento econômico nacional. Assim, percebe-se que a influência do desenvolvimento da economia nacional sobre a estrutura de emprego terciário se traduziu, por um lado, no decréscimo do emprego relativo no Setor Primário e, por outro, no aumento da participação dos setores Secundário e Terciário na ocupação da Força de Trabalho. Constata-se que, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, coube ao Terciário absorver quase 50% dos elementos incorporados ao mercado de trabalho nesse intervalo de 30 anos.

Deve-se destacar que esse acréscimo do emprego relativo no Terciário se irá traduzir, também, em uma contínua alteração em sua estrutura interna, como efeito direto das mudanças na divisão social do trabalho, resultantes da expansão da economia. Tais mudanças resultaram, por um lado, de uma crescente demanda por determinados serviços — tais como parte do Comércio, Atividades Financeiras, Comunicações etc. . . — e, por outro lado, de uma pressão da força de trabalho excedente que se vai localizar em determinados segmentos terciários de baixíssima produtividade. Esses segmentos expandem-se por se encontrarem apoiados na utilização e na sub-remuneração dessa força física de trabalho disponível, a qual se concentra, principalmente, no Comércio Ambulante e em algumas atividades de Prestação de Serviços, como os Serviços Domésticos Remunerados.

O 4º Capítulo coloca-se como uma tentativa de complementação da análise do Setor Terciário gaúcho já desenvolvida anteriormente, à medida que se refere a dois aspectos específicos relacionados com a ocupação da Força de Trabalho no setor.

O primeiro desses aspectos refere-se ao estudo da importância da presença de mão-de-obra ocupada em bases "informais", nos diversos ramos do Terciário, na economia do Estado, retomando as questões teóricas já abordadas no Capítulo I

desse trabalho. Conclui-se que os segmentos "informais" vêm mantendo um nível de participação relativa expressivo e pouco declinante no total da ocupação de mão-de-obra no Setor Terciário gaúcho em todo o período em análise. A subsistência, nos principais ramos do Setor Terciário do Rio Grande do Sul, de parcelas expressivas de pessoas que trabalham em ocupações tipicamente "informais" nega a existência de uma tendência ao rápido desaparecimento dessas formas de organização econômica. Ao contrário, os dados examinados evidenciam uma continuada importância dessas formas na ocupação de mão-de-obra, mostrando que as mesmas tendem a uma prolongada sobrevivência, sendo até mesmo recriadas e surgindo sob novas aparências. Essa sobrevivência é, fundamentalmente, impulsionada pela existência de um excedente estrutural de mão-de-obra, a qual, dentre outras funções, serve como reserva de mão-de-obra que pressiona para baixo os salários vigentes no resto da economia, aumentando a lucratividade dos segmentos "modernos" que lideram o processo de acumulação.

O segundo aspecto abordado refere-se ao trabalho feminino nas atividades terciárias gaúchas. O destaque desse tema é justificado pelo fato de que as mulheres constituem parcela expressiva da força de trabalho alocada no Setor Terciário. Além disso, a ocupação da mão-de-obra feminina no Setor reveste-se de características peculiares que exigem uma análise em separado.

Assim, a partir da definição do caráter subsidiário de que se reveste a expansão do Terciário nas economias subdesenvolvidas, bem como da integração periférica que caracteriza a inserção da mulher no mercado de trabalho, torna-se possível a avaliação de crescente participação feminina na força de trabalho do Terciário gaúcho.

No Rio Grande do Sul, o crescimento mais do que proporcional do número de mulheres ocupadas no Terciário, relativamente ao dos homens, no período 1940-70, conduziu a um aumento nas taxas de participação feminina, fazendo com que a proporção de mulheres ativas no total da força de trabalho engajada no Setor alcançasse um percentual superior a 40% em 1970. Isso caracteriza claramente a ponderável importância do trabalho feminino nesse Setor.

A elevada participação feminina constatada no Terciário gaúcho não implica, necessariamente, uma melhoria nas condições de emprego das mulheres ocupadas nesse Setor, pois a maior concentração feminina verifica-se naqueles segmentos que não exigem níveis de qualificação elevado e onde grande parte das ocupações são realizadas em regime de tempo parcial, registrando os mais baixos salários e não oferecendo perspectivas de promoção.

Finalmente, o último capítulo propõe-se a ser uma síntese interpretativa da evolução do Setor Terciário gaúcho nas últimas décadas, na qual se consolidam as conclusões a que chegaram os capítulos anteriores. Além disso, vinculam-se as mudanças estruturais da economia gaúcha com as da economia brasileira, numa tentativa de evidenciar os laços de dependência existentes entre o comportamento do terciário regional e a marcha do processo de acumulação em escala nacional.